

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Incentivo ao setor de petróleo é ampliado por 20 anos.....	2
Título: Ibama autoriza obras de linhão de Belo Monte	3
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	4
Título: Governo amplia até 2040 regime de isenção fiscal no setor de petróleo	4
Título: Cemig diz que busca verba para acordo de usinas	5
Título: Juíza suspende aumento de imposto da gasolina	7
Título: CSN obtém licença para barragem no complexo Casa de Pedra	7
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	9
Título: Isenção de imposto deve ajudar leilão de petróleo	9
Título: Vale busca atrair pequenas siderúrgicas locais	10
Título: BR contrata 8 bancos para coordenar oferta de ações	12
Título: Retomada mais firme do consumo de aço em bruto	13
Título: Campo minado no pré-sal.....	14
Título: Direto da Fonte	16
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	16
Título: ICMS puxa o preço da gasolina no DF.....	16
Título: PIS-Cofins cai de novo	18
Título: Cemig quer manter hidrelétricas	19

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Bruno Rosa****Título: Incentivo ao setor de petróleo é ampliado por 20 anos**

Isenção tributária deve atrair investimentos para os leilões.

De olho nas novas rodadas de petróleo, o governo prorrogou até 2040 o Repetro, regime aduaneiro especial que facilita a importação de bens destinados à exploração de petróleo. A medida, autorizada ontem por decreto, já era esperada pelo setor desde o início de 2016 e deve aumentar o interesse dos investidores pelos novos campos de petróleo a serem leiloados a partir de setembro deste ano.

O programa Repetro, que iria vencer em 2019, suspende a cobrança de tributos federais na importação de equipamentos destinados ao setor de petróleo.

BENEFÍCIO À INDÚSTRIA NACIONAL

Como forma de atender à indústria de máquinas e equipamentos produzidos no Brasil, o governo publicou ainda uma medida provisória que amplia esse regime tributário especial para os itens nacionais voltados às atividades de óleo e gás. A informação havia sido antecipada pelo GLOBO no último dia 4.

— A decisão de renovar o Repetro já havia sido autorizada pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) no início de 2016. Esse era o último ponto da agenda. Agora, estamos preparados para um ciclo de 20 anos de investimento. Estamos prontos para essa travessia. Nos últimos meses, as discussões foram atualizadas e passaram a contemplar uma isonomia com os itens nacionais, feita através de uma medida provisória — disse Márcio Félix, secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia (MME).

Jorge Camargo, presidente do Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP), afirmou que a mudança é um avanço importante. Ele destacou, porém, que é preciso adesão dos estados à prorrogação do Repetro. — Esse é o próximo passo. A expectativa é que o Rio participe. E que isso ocorra antes das rodadas de petróleo. Sem isso, vai haver uma contaminação. O Repetro é um avanço muito importante para manter a atratividade e a competitividade da indústria brasileira.

Segundo o executivo de uma empresa que não quis se identificar, a ampliação do Repetro é essencial para que as rodadas de petróleo sejam um sucesso. O governo espera arrecadar neste ano mais de R\$ 8 bilhões com os leilões. — Com o Repetro por mais 20 anos, não tenho dúvidas de que os investimentos no setor

vão aumentar. Eu mesmo estou com um consórcio montado e só estávamos esperando isso para seguir em frente com os planos. Sem essa ampliação, os custos ficariam inviáveis — disse esse executivo.

Ivan Tauil, sócio fundador do Tauil & Chequer Advogados, destacou que, sem o Repetro, a tributação sobre a importação de equipamentos é cerca de 60% maior em relação aos principais concorrentes do setor: — O Repetro sempre foi elemento essencial. O governo agiu bem com a medida provisória que estendeu esse benefício à indústria nacional, pois não faz sentido desonerar apenas o que vem do exterior.

PETROBRAS CITA COMPETITIVIDADE

Em nota, a Petrobras disse que a prorrogação do Repetro vai permitir o aumento da competitividade dos ativos que serão oferecidos nos próximos leilões, ao lado de outras iniciativas, como o fim da obrigatoriedade de a Petrobras ser a operadora única e deter pelo menos 30% em todos os campos do pré-sal, além do aperfeiçoamento do sistema de conteúdo local. A estatal destacou, ainda, que essas mudanças destravam investimentos, dando à indústria um horizonte seguro para suas atividades.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura

Título: Ibama autoriza obras de linhão de Belo Monte

Linha de transmissão de 2,5 mil quilômetros ligará usina ao Rio

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) emitiu a licença ambiental que autoriza o início das obras da linha de transmissão de energia que vai se estender por 2,5 mil quilômetros e ligar a usina hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, ao Rio. Segundo o Ibama, a licença foi assinada no dia 10 e informada ontem pelo órgão ambiental. A linha que começará a ser erguida será a mais extensa do país e cortará 78 cidades de cinco estados.

O Ibama impôs, porém, 32 condicionantes para a obra, entre elas, a execução de 19 programas, com a finalidade de evitar, mitigar ou compensar os impactos ambientais previstos com a instalação do empreendimento. Também foi determinada a destinação de R\$ 35,2 milhões para compensação ambiental.

O linhão de transmissão será construído pela concessionária Xingu Rio Transmissora de Energia, que pertence à chinesa State Grid, dona do projeto. Os empresários devem investir mais de R\$ 10 bilhões para a construção do linhão. O

empreendimento vai escoar a energia elétrica gerada pela usina no Pará ao Rio de Janeiro e reforçar o Sistema Interligado Nacional.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Governo amplia até 2040 regime de isenção fiscal no setor de petróleo

O governo federal renovou o regime de isenções fiscais criado para estimular investimentos da indústria do petróleo, acenando às empresas nacionais com uma compensação após as mudanças feitas na política que protegia fornecedores brasileiros na competição com seus rivais.

Decreto publicado nesta sexta (18) prorrogou até 2040 o programa conhecido como Repetro. Criado em 1999 com prazo para terminar em 2019, ele isenta de impostos federais a importação de equipamentos para a indústria do petróleo. Com a renovação, também será permitido que insumos fabricados no Brasil fiquem isentos de tributos.

O governo havia contrariado a indústria nacional antes ao promover mudanças na chamada política de conteúdo local, que obriga as petroleiras a adquirir no Brasil parte dos serviços e dos equipamentos necessários à exploração de petróleo. As exigências foram atenuadas pelo governo federal neste ano.

A Receita Federal não informou qual a renúncia fiscal prevista com a isenção tributária para o setor. A Abimaq (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos) calcula que, entre 2011 e 2013, anos de grandes investimentos no setor, o governo deixou de arrecadar R\$ 30 bilhões com o Repetro.

Em nota, o Ministério da Fazenda disse que a prorrogação do Repetro "se justifica porque os investimentos no setor têm longo ciclo de maturação, de forma que se impõe estabelecer horizonte com regras claras e estáveis para fomentar esses investimentos".

"Este é o momento certo, porque as empresas começam a fazer suas avaliações para os próximos leilões [de áreas petrolíferas]", afirmou o secretário-executivo do IBP (Instituto Brasileiro do Petróleo), Antônio Guimarães.

O governo prevê realizar três grandes leilões neste ano. Nos últimos meses, vem anunciando medidas para atrair as petroleiras, como o fim da exclusividade da Petrobras na operação e a redução à metade do percentual exigido de compras no país.

"A prorrogação do Repetro completa um tripé que aumenta a competitividade dos ativos que serão oferecidos nos leilões, destrava investimentos e dá à indústria horizonte seguro para suas atividades", disse a Petrobras.

O governo também publicou nesta sexta medida provisória que suspende a cobrança de tributos federais sobre insumos e matérias-primas nacionais, mas ela não mexe no ICMS, imposto estadual.

"Queremos isonomia para concorrer com os importados", disse o presidente da Abimaq, José Velloso. Segundo ele, com a permanência do ICMS, o produto nacional fica pelo menos 18% mais caro.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Carolina Linhares

Título: Cemig diz que busca verba para acordo de usinas

O presidente da Cemig, Bernardo Alvarenga, afirmou nesta sexta-feira (18) que o governo federal aceita um acordo para que a estatal mineira de energia mantenha a concessão de suas usinas, desde que a empresa tenha como pagar por elas.

O governo federal, porém, nega que haja um acerto e não vê como viável a proposta da Cemig.

A Cemig busca a renovação das concessões das usinas de Miranda, Jaguará e São Simão, que já expiraram, mas vêm sendo mantidas por decisões judiciais. Um leilão marcado para setembro prevê arrecadar R\$ 11 bilhões com a outorga das três hidrelétricas e também da usina de Volta Grande.

Nesta quinta (17), a direção da estatal se reuniu com membros dos ministérios da Fazenda, do Planejamento e de Minas e Energia para oferecer uma proposta ao governo. Alvarenga afirmou que a Cemig pretende pagar os R\$ 11 bilhões.

"O acordo está aceito, desde que [a empresa] consiga pagar os R\$ 11 bilhões", disse Alvarenga. "Nós precisamos urgentemente que o governo nos ajude com empréstimos bancários para honrar esse compromisso porque a Cemig não tem como fazer levantamento [desse montante] da noite para o dia".

"Se a Cemig não pagar, haverá o leilão", completou.

A data para o pagamento, segundo estipulou o leilão, é 10 de novembro. "Estamos negociando agora como fazer para achar uma solução que atenda a Cemig e o governo na questão do pagamento", completou Alvarenga. A Cemig só tem R\$ 3,5 bilhões no caixa e precisaria de empréstimos de bancos, como o BNDES.

O governo federal, por sua vez, conta com a receita do leilão para cumprir a meta de deficit deste ano de R\$ 159 bilhões. E não vê viabilidade para que a Cemig levante o valor estipulado para pagar as usinas.

Em nota, o Ministério do Planejamento nega que haja um acordo. "O governo federal ainda está discutindo o assunto com a direção da estatal e mantém a data de 27 de setembro para realização do leilão."

A Cemig argumenta ter direito às renovações por mais 20 anos nas três usinas e questiona a realização do leilão no STF (Supremo Tribunal Federal). O julgamento das ações sobre o caso está agendado para o próximo dia 22.

"É uma injustiça de todo tamanho, a Cemig está comprando aquilo que é dela. Estamos sendo desapropriados", disse Alvarenga.

'NÃO MEXAM COM MINAS'

Nesta sexta, a Cemig realizou um ato de cerca de 800 pessoas na usina de Miranda, em Indianópolis (MG), na região do Triângulo Mineiro. A ideia é pressionar para manter as concessões.

Participaram do evento o governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel (PT), além de deputados federais mineiros, deputados estaduais, sindicalistas e movimentos sociais. Houve gritos de "Fora, Temer" durante a execução do hino nacional.

Pimentel discursou contra a privatização e disse que o leilão de usinas é só a porta de entrada para venda de loterias, bancos e aeroportos.

"O que nós queremos é o nosso direito. É manter o que já é nosso, as usinas que já são nossas. Se o governo federal quer receber, nós podemos negociar. Estamos dispostos a achar uma solução negociada. O que não queremos é que venham na mão grande botar nossas usinas no leilão para o estrangeiro comprar e depois vender energia cara", disse o governador.

"Vamos dizer em alto e bom som para o Brasil inteiro entender: não mexam com Minas Gerais, nós estamos quietos, deixa a gente quieto aqui, deixa a gente com as nossas usinas, deixa a Cemig produzindo energia", completou.

O deputado estadual Rogério Correia (PT), que coordena a Frente Mineira em Defesa da Cemig, afirmou, durante o ato, que "não se pode vender uma empresa simplesmente por causa de um deficit anual dessa enormidade, isso não resolve nada".

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Juíza suspende aumento de imposto da gasolina

A juíza da 20ª Vara Federal do Distrito Federal Adverci Rates Mendes de Abreu determinou nesta sexta-feira (18) a suspensão do aumento de tributos dos combustíveis em todo o país. A decisão é liminar (provisória) e cabe recurso.

"Cumpre registrar que não se ignora o grave momento por que passa a economia do país, mas não parece razoável que, necessitando corrigir desmandos de gestões anteriores, o governo venha se valer da solução mais fácil —aumentar tributos— que desde tempos imemoriais vem sendo historicamente adotados por governos em momentos de crise, lembrando sempre que os governos são eleitos para promover o bem comum e não para penalizar mais ainda o cidadão com majoração de tributo, que amarga carga tributária já tão elevada", afirma a juíza na decisão.

O reajuste está em vigor desde julho. Naquele mesmo mês, o juiz substituto Renato Borelli, também da 20ª Vara Federal do DF, suspendeu o aumento de tributos. A decisão foi derrubada posteriormente pelo presidente do TRF-1 (Tribunal Regional Federal), desembargador Hilton Queiroz.

A primeira decisão se deu em uma ação popular ajuizada por Carlos Alexandre Klomfahs. Agora, a ação é do deputado federal Aliel Machado (Rede-PR).

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Daniel Camargos

Título: CSN obtém licença para barragem no complexo Casa de Pedra

Após ameaçar paralisar a operação na mina Casa de Pedra, em Congonhas (MG), a CSN Mineração —braço da CSN— conseguiu aprovar na última semana a licença para retirar rejeitos da barragem B4, parte do complexo Casa de Pedra (a 80 quilômetros de Belo Horizonte).

Com 6 bilhões de toneladas em recursos e capacidade de produção de 30 milhões de toneladas por ano, é a segunda maior reserva de minério de ferro do Brasil, atrás apenas de Carajás, no Pará, operada pela Vale.

A CSN tenta licenciar desde 2014 o alteamento (aumento da capacidade) da barragem Casa de Pedra, a maior do complexo. Diante da demora, a empresa requisitou uma licença de operação corretiva para retirar rejeitos da B4 e conseguir mais espaço enquanto o alteamento da barragem não é autorizado.

"Caso a CSN Mineração não consiga lugar para a destinação do material atualmente produzido no processo de beneficiamento do minério, terá que paralisar suas atividades", atestou o parecer apresentado pela equipe técnica da Semad (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável) do governo mineiro.

O gestor ambiental José Alves Pires, da Semad, responsável pelo parecer, afirma que a possibilidade de parar a operação foi uma informação obtida nos relatórios da própria CSN. "É verídica, fui ao local e verifiquei a informação. O material [rejeito] está chegando na crista [limite da barragem]", afirma Pires.

A licença foi aprovada por 11 votos favoráveis ante 1 contra em reunião extraordinária da Câmara Técnica de Atividades Minerárias (CMI), parte do Conselho Estadual de Política Ambiental.

Único voto contrário, Maria Teresa Viana, do Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas, lamenta a urgência com o que tema foi tratado.

"É uma forma de impedir que nossos apontamentos possam ser usados em ações judiciais futuramente caso algo errado aconteça".

Procurada, a Semad disse que as reuniões extraordinárias são convocadas sempre que há acúmulo de processos.

TRAUMA

Por trás do imbróglio, está o temor de novos desastres. Foi durante obras de alteamento que ocorreu o rompimento de barragem da mineradora Samarco, há um ano e nove meses. O desastre, além de 19 mortos e um estrago ambiental na bacia do rio Doce, deixou amedrontados os moradores vizinhos às barragens em outras cidades.

Diferentemente de Mariana, a barragem da CSN fica próxima à área urbana. Um estudo contratado pela empresa em 2009 estima que o rompimento da barragem

de Casa de Pedra provocaria a destruição de 350 casas e a morte de até 1.500 pessoas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Lu Aiko Otta

Título: Isenção de imposto deve ajudar leilão de petróleo

Com prorrogação do Repetro e novas regras de tributação, governo espera obter R\$ 9,49 bi.

A prorrogação do Repetro para 2040 e a criação de um novo regime tributário para o setor de petróleo e gás, divulgadas ontem pelo governo e antecipadas pelo "Estadão/Broadcast", deverão ter impacto positivo sobre os leilões de áreas de exploração que o governo programou para setembro e outubro. A expectativa com eles é de reforçar o caixa da União em no mínimo R\$ 9,49 bilhões. Esse valor pode subir à medida que houver mais empresas interessadas nos lotes.

O Repetro é um programa que estimula investimentos no setor de óleo e gás, ao permitir que equipamentos para pesquisa e exploração no mar entrem no País com suspensão da cobrança de tributos sobre importação. Criado em 1999, o regime ia acabar em 31 de dezembro de 2020, prazo considerado curto para negócios que precisam de anos para amadurecer. E questão fundamental, porque os tributos representam algo como 50% do custo de investimento.

"Com certeza, os leilões serão beneficiados com isso", avaliou o presidente do Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), Jorge Camargo. Segundo ele, se o governo não tivesse prorrogado o Repetro, haveria incerteza quanto ao nível de tributação dos investimentos. "E as empresas descontam isso dos lances."

O governo divulgou ontem um decreto prorrogando o regime até 2040 e uma medida provisória (MP) modificando algumas regras de tributação. Na avaliação de Camargo, as medidas são um avanço e aperfeiçoam a legislação, dando mais segurança jurídica às empresas.

Para completar as melhorias, disse o executivo, é preciso que os Estados alinhem seus regimes tributários ao Repetro. Idealmente, o tema deveria ser decidido pelo Conselho de Política Fazendária (Confaz) antes dos leilões.

Segundo o IBP, o nível de tributação do setor permanecerá o mesmo de hoje, porém de forma mais lógica. Por exemplo: para competir com fornecedores do exterior, empresas brasileiras que fabricavam equipamentos para a indústria

tinham de simular uma exportação e as que compravam simulavam uma importação. Isso porque o Repetro só funcionava para trazer equipamentos de fora do País. A MP elimina a necessidade da exportação fictícia e estende os benefícios aos fabricantes nacionais.

Outro problema eliminado é a tributação de equipamentos permanentes da indústria de óleo e gás. O Repetro suspendia a tributação só de itens que ficavam temporariamente no País, como sondas e navios. Agora, equipamentos permanentes serão beneficiados com isenção tributária, por cinco anos, ou alíquota zero. O IBP vai tentar estender o prazo para 20 anos, quando a MP tramitar no Congresso.

A Receita Federal destacou outros pontos da MP, que reduz a tributação na fonte para remessas ao exterior para pagamento de serviços. Segundo a Receita, a tributação estava desalinhada em relação às práticas internacionais. Há um artigo que visa a reduzir litígios, dando oportunidade para que as empresas recolham diferenças devidas do Imposto de Renda com redução de 100% das multas, desde que desistam das causas na Justiça.

A Petrobrás afirmou, por nota, que a prorrogação do Repetro contribuirá para destravar investimentos e dar à indústria "um horizonte seguro". Segundo a empresa, o Repetro, somado ao fim da obrigatoriedade de ser operadora única e de ter pelo menos 30% em todos os campos do pré-sal e o "aperfeiçoamento" do sistema de conteúdo local, vai aumentar a competitividade dos leilões.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Mariana Durão

Título: Vale busca atrair pequenas siderúrgicas locais

Estratégia. Habituada a vender apenas grandes contratos de longo prazo negociados em dólar, mineradora começou a fazer vendas de volumes menores em yuan, moeda chinesa, na tentativa de aumentar a presença no principal mercado de minério de ferro do mundo

Na briga por mercado na China, principal consumidor global de minério de ferro, a Vale tenta se aproximar de novos clientes locais. Há pouco mais de dois meses a mineradora estreou no varejo, vendendo a commodity em yuan, a moeda chinesa. A intenção é atrair pequenas siderúrgicas. Tradicionalmente, a negociação é feita em dólar, em grandes contratos de longo prazo.

A iniciativa será combinada à estratégia de misturar minérios mais ricos em ferro com os de menor qualidade, processo chamado no jargão do setor de blendagem.

A Vale aposta ainda em investimentos em automação, que podem gerar uma economia de US\$ 2 bilhões.

O racional da blendagem é reduzir a necessidade de investimentos na reposição de capacidades de minas que estão se exaurindo, como as do Sistema Sul da Vale, em Minas Gerais. Ao misturar minérios fracos com outros como o de Carajás (PA), de altíssimo teor de ferro, a Vale melhora seus preços recebidos. Além disso, presta um serviço ao cliente e facilita sua distribuição.

Hoje a mistura é feita na Malásia, Omã e na própria China, em mais de dez portos. Até o fim do ano o volume usado nesse processo será de 70 milhões de toneladas, o equivalente a quase 20% da produção de minério projetada pela empresa. Em 2018, o total saltará a 100 milhões.

Em entrevista ao Estadão/Broadcast, o diretor executivo de Ferrosos da Vale, Peter Poppinga, contou que a companhia está fazendo parcerias com ferrovias e operadoras de barcas para conseguir levar seu principal produto até o interior da China. A ideia é se aproximar de siderúrgicas de menor porte, sem acesso a financiamento e interessadas em comprar lotes menores por questões de logística interna. "É um passo importante para ganhar mercado. Nos primeiros 60 dias foram quase 20 clientes novos, que antes compravam no mercado doméstico", diz.

As vendas no varejo poderão somar 20 milhões de toneladas até 2019, quando a Vale terá uma produção anual de 400 milhões de toneladas de minério. O modelo começou a ser replicado na Índia, de forma embrionária. Competitividade. Maior produtora global de minério de ferro, a Vale quer reduzir o custo de produção de seu produto entregue na China em US\$ 5 por tonelada, ao câmbio atual, para um patamar de US\$ 30 por tonelada. A expectativa é que isso ocorra em três anos. Na prática, isso significará uma economia anual de US\$ 2 bilhões.

Para isso, a empresa entrou no que chama de segunda onda de competitividade. Nela, o foco será investir em automação e tecnologia operacional. A primeira onda de competitividade ocorreu entre 2014 e 2016, período em que a mineradora cortou custos e renegociou contratos. O preço do minério colocado na China, incluídos custos de manutenção, saiu de US\$ 65 por tonelada para cerca de US\$ 35 por tonelada nesse período.

Um dos pilares do aumento da eficiência na cadeia de produção de minério será o Centro de Operações Integradas (COI), em construção em Belo Horizonte, Minas Gerais. A partir do fim do ano, uma equipe de 50 pessoas vai monitorar dia e noite a operação da Vale, no Brasil e no exterior. Na gestão de Fabio Schvartsman, novo presidente da Vale, a diretoria de ferrosos voltou a concentrar também a logística da Vale, antes separada.

Outra frente para atingir a redução de custos é a negociação de contratos de afretamento de longo prazo para uma nova frota de navios. Armadores chineses e de outros países vão construir navios VLOC (Very Large Ore Carriers), de 350 mil toneladas, tendo como contrapartida contratos de 30 anos com a Vale. A Vale já tem contratos de longo prazo para 66 navios Valemax, de 400 mil toneladas.

A nova frota estará pronta em três anos. Segundo Poppinga, a Vale conseguiu fechar contratos a um preço bem abaixo do spot (à vista). Hoje em US\$ 14 por tonelada, ele já teve picos de US\$ 18 por tonelada em 2017.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Reuters

Título: BR contrata 8 bancos para coordenar oferta de ações

Distribuidora de combustíveis da Petrobrás deve Lançar papéis no mercado em novembro.

O Citigroup e outros sete bancos devem coordenar a oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) da BR Distribuidora, que deve ocorrer provavelmente em novembro, segundo uma pessoa com conhecimento direto do assunto.

A Petrobrás está avaliando se fará a listagem da BR Distribuidora em São Paulo e Nova York, onde um crescente número de investidores mostrou interesse na transação, afirmou a fonte, que pediu anonimato.

A estatal trabalha com a unidade de banco de investimento do Citigroup desde 2015, quando a ideia de fazer o IPO da BR Distribuidora começou a ser discutida. A Petrobrás deve vender uma participação de 30% a 35% da BR Distribuidora em novembro, na última janela para transações de ações do ano.

Além do Citi, a Petrobrás também deve envolver as unidades de banco de investimento do Bank of America, Morgan Stanley, JPMorgan, Banco do Brasil, Itaú Unibanco, Bradesco e Santander Brasil, disse a fonte.

Representantes da Petrobrás, Morgan Stanley, Bank of America, Itaú, Bradesco e Banco do Brasil preferiram não comentar o assunto. Os outros bancos não comentaram de imediato. Ao listar a BR Distribuidora em mais de uma Bolsa, a Petrobrás pode aumentar a demanda pelos papéis e dar aos investidores mais alternativas de negociação.

Um IPO internacional da BR Distribuidora seria um teste do apetite de investidores internacionais pela subsidiária de distribuição de combustíveis após

investigações relativas à corrupção contra a Petrobrás nos Estados Unidos. Após uma série de interrupções nos últimos dois anos, a Petrobrás retomou o projeto do IPO em junho, para reduzir dívida e investimentos em atividades consideradas de baixo retorno.

A petroleira tem vendido ativos e cindido ativos para reduzir sua dívida, de US\$ 95 bilhões, que é a maior entre as maiores empresas de petróleo do mundo. A BR Distribuidora deve ser listada no Novo Mercado, o segmento de mais alta governança da B3.

Outra alternativa em avaliação seria listar a empresa apenas no Brasil, mas permitir investimentos internacionais por meio da regra 144A da Securities and Exchange Commission (SEC), o regulador do mercado de capitais nos Estados Unidos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Editorial

Autor:

Título: Retomada mais firme do consumo de aço em bruto

Em vista da fase de dificuldades que o setor industrial ainda atravessa, é admirável que, de janeiro a julho, a produção nacional de aço em bruto tenha alcançado 19,6 milhões de toneladas, um crescimento de 10,6% em relação ao mesmo período de 2016, segundo o Instituto Aço Brasil. Mas, como adverte a entidade, essa taxa de crescimento é superestimada, já que a base de comparação é muito baixa, pois não contabilizou integralmente a produção da Siderúrgica de Pecém, que somente entrou em produção plena em outubro de 2016.

À medida que o ano for avançando, a comparação mensal com 2016 deverá mostrar taxas mais modestas. Seja como for, a indústria siderúrgica dá sinais de que está consolidando uma retomada firme. Em julho, o consumo aparente de produtos siderúrgicos (produção local mais importações) alcançou 1,6 milhão de toneladas, 9% a mais do que o registrado no mesmo mês de 2016, sendo as vendas internas de 1,4 milhão de toneladas, apresentando crescimento de 3,2%.

No acumulado de janeiro a julho, o consumo aparente também cresceu -3,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. Observa-se, porém, que as vendas internas (9,5 milhões de toneladas) caíram 1,3%. A questão é saber se as vendas pelas siderúrgicas nacionais no mercado interno podem continuar subindo no restante do segundo semestre, de modo a exibir resultado positivo no fim do ano.

É elevada a participação da importação de produtos siderúrgicos. No acumulado até julho, as importações cresceram 66,5%, totalizando 1,4 milhão de toneladas. Em julho, as importações aumentaram ainda mais - 83,8% em relação a julho de 2016, chegando a 294 mil toneladas.

Isso, naturalmente, reduz o mercado das siderúrgicas nacionais, que devem intensificar esforços para obter maiores ganhos de produtividade, de modo a poder competir em melhores condições. Reforçar o arsenal protecionista ou pleitear mais benefícios fiscais por parte dos governos não é a solução.

Na realidade, o que se constata é que, graças principalmente à Siderúrgica de Pecém, que é voltada para o mercado externo, o Brasil tem exportado bem mais produtos de aço que importa. De janeiro a julho, as exportações brasileiras foram de 8,4 milhões de toneladas, com crescimento de 10,4% em volume e 44,1% em valor, carreando R\$ 4,3 bilhões em divisas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor: Adriana Fernandes

Título: Campo minado no pré-sal

O governo entra em campo completamente minado na disputa com a Petrobrás pela revisão do contrato de exploração de 5 bilhões de barris fechado com estatal e a venda do excedente de óleo do pré-sal.

A cessão onerosa foi a parte mais importante do processo de mega-capitalização da Petrobrás, há sete anos, para preparar a empresa para os investimentos bilionários nas áreas descobertas na região marítima do pré-sal.

Mas a operação em 2010 (ainda no governo Lula) acabou se transformando no marco inicial de sucessivas e danosas manobras contábeis patrocinadas pelo ex-secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin. Esses truques na contabilidade foram responsáveis em boa parte pela crise fiscal brasileira de hoje, uma vez que mascararam a verdadeira fotografia das contas do governo por anos.

A partir da capitalização da Petrobrás, a porteira da contabilidade criativa nas finanças do setor público ficou escancarada de vez, culminando mais tarde nas "pedaladas fiscais" que serviram de arma para tirar Dilma Rousseff da Presidência da República.

Uma complexa engenharia financeira foi desenhada naquele ano pela equipe do Tesouro, combinando a capitalização da Petrobrás com a cessão onerosa do pré-sal. Tudo para "turbinar" o superávit das contas do governo. Ao final, o superávit

foi reforçado em R\$ 31,9 bilhões, permitindo o cumprimento da meta fiscal de 2010.

O governo recebeu R\$ 74,8 bilhões pela cessão, sem licitação, dos 5 bilhões de barris de petróleo e, de outro, pagou R\$ 42,9 bilhões para comprar ações da estatal. BNDES, Caixa e o Fundo Soberano foram usados como "braços" financeiros da operação para permitir a entrada do dinheiro como receita no caixa da União.

Leis, portarias e decretos foram aos poucos sendo escritos e editados sem a mínima transparência exigida dos atos públicos para dar o embasamento legal à operação.

Na época, a meta fiscal era de superávit de 3,3% do Produto Interno Bruto (PIB). Mas a equipe econômica vivia já a desconfiança do mercado em relação às regras de abatimento que permitiam reduzir o esforço fiscal sem descumprir a meta.

Hoje, o drama fiscal é explosivo. Os tempos de superávit ficaram para trás. O País vive anos de déficits em magnitudes nunca antes experimentadas e o governo luta para não deixar que o rombo das contas públicas vá além de R\$ 159 bilhões no ano que vem.

Muita gente boa de conta no mercado e dentro do governo não acredita que a revisão da meta de déficit de R\$ 129 bilhões para R\$ 159 bilhões será suficiente, já que o rombo potencial no cenário atual é estimado num patamar de R\$ 180 bilhões.

E não é que mais uma vez a venda da cessão onerosa aparece como salvadora da pátria e embaralha novamente o jogo, justamente no momento em que a petrolífera tenta limpar a sua biografia da mancha da interferência política na sua gestão depois da operação Lava Jato? A crise fiscal é tão aguda que o governo tenta pescar em tudo que é laguinho que encontra na frente para aumentar a arrecadação. No caso aqui, trata-se de um "marzão" de petróleo, com cifras bilionárias.

No dia da divulgação da revisão das metas fiscais de 2017 e 2018, na última terça-feira, a equipe econômica bem que quis tentar incluir a venda do excedente na lista de concessões previstas para 2018. Tanto que o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, e o presidente da Petrobrás, Pedro Parente, se reuniram poucas horas antes do anúncio. Não deu.

Tesouro e Petrobrás se dizem credores e a disputa está só começando. Cada lado, com suas responsabilidades e compromissos. A companhia e o governo têm interesse no acordo porque precisam de dinheiro em caixa. A empresa, assim como o governo, tem alto nível de endividamento e precisa investir. Estaria tudo

certo se as negociações não estivessem sendo atropeladas pela urgência fiscal em cumprir a meta. Não dá para tirar esse pano de fundo da nova negociação. Todo cuidado é pouco. Os olhos dos investidores estarão bem abertos diante do histórico recente.

Dream Team. Depois da difícil decisão de revisão das metas, que colocou em evidência o espaço limitado do ajuste fiscal pela equipe econômica, o mercado financeiro acompanha com lupa o movimento do grupo dos principais secretários de Henrique Meirelles, apelidado de "Dream Team" no início do governo. Analistas querem saber como se comportará daqui para a frente esse time se novas concessões políticas de aumento de gastos forem aceitas pelo ministro à medida que o debate eleitoral de 2018 ganhar força. Baixas na equipe já estão sendo esperadas e podem trazer turbulências.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Caderno 2 / colunas

Autor: Sonia Racy

Título: Direto da Fonte

Eu contra eu

A disputa que trava a União e a Petrobrás para saber quem deve o que para quem - montante estimado em R\$ 30 bilhões -, conforme publicou ontem o Valor, está apenas começando.

Segundo bem informada fonte, tem "muita água para rolar debaixo dessa ponte".

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: ICMS puxa o preço da gasolina no DF

O consumidor já sabia que o reajuste do PIS-Cofins pelo governo federal provocou aumento do preço da gasolina, mas se surpreendeu com a informação de que a administração pública do Distrito Federal também contribuiu para a alta generalizada nos valores do combustível na capital. Isso porque o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), uma das principais fontes de Receita do GDF, incide sobre um valor médio, o Preço Médio Ponderado ao Consumidor Final (PMPF), que é atualizado quinzenalmente. Na última quarta-feira, o Buriti elevou esse valor de R\$ 3,47 para R\$ 3,81 por litro da gasolina. Segundo especialistas, o objetivo foi aumentar a arrecadação.

Ontem, em alguns postos do DF, a gasolina já era vendida a quase R\$ 4,10 o litro. Comparado ao de outras unidades da Federação, o preço de referência praticado na capital é maior que o de sete estados (veja o quadro). Os dados são publicados pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). Segundo o órgão, que é ligado ao Ministério da Fazenda, a alíquota do ICMS sobre combustíveis em Brasília é de 28%.

“O governo local passa por um longo período de problemas orçamentários e utilizou esse artifício, que é legal, para arrecadar mais. Em contrapartida, prejudicou o contribuinte”, declarou Tiago Lima, especialista em direito tributário. O GDF, no entanto, refuta a interpretação de que a atualização do ICMS tenha provocado a elevação dos combustíveis nas bombas. O secretário interino da Fazenda, Wilson de Paula, disse ao Correio que a tabela do ICMS acompanha, com defasagem, os preços de mercado. Se os preços sobem, a tabela precisa ser corrigida, do contrário a margem de lucro de postos e distribuidores aumenta muito. Ele observou que, no início deste mês, quando o ICMS era cobrado sobre R\$ 3.47, a maioria dos postos já vendia a gasolina por R\$ 3,89.

Para o secretário, na verdade, os postos aproveitam a correção do ICMS para aumentar os valores cobrados do consumidor. “Isso é uma prática indecente e mostra que a máfia dos combustíveis voltou e está mais ativa do que nunca”, afirmou.

No mês passado, os combustíveis já haviam subido devido ao reajuste do PIS-Cofins, que teve impacto de R\$ 0,41 na gasolina e de R\$ 0,21 no diesel. Ouvidos pelo Correio, gerentes de postos disseram que os valores que estavam abaixo de R\$ 3, anteriormente, eram “promocionais” e “não eram os reais de mercado”. Questionado sobre a razão de muitos estabelecimentos terem mudado os preços simultaneamente, um gerente, que não quis se identificar, disse: “Sim, todos os postos fizeram a correção juntos. É estranho, mas aconteceu”.

Desrespeito

Quem tem que pagar mais caro para encher o tanque do carro não economiza nas reclamações. “É uma falta de vergonha e um completo desrespeito com o consumidor e contribuinte. Aqui ao lado, em Goiás, a gente encontra gasolina por um valor muito menor do que R\$ 4. Não entendo essa diferença”, criticou a professora Ionete Matos dos Anjos, 50 anos.

O corretor bancário João Pedro Moura, 27 anos, também reclamou dos preços. “É um absurdo. Como pode em menos de um mês a gasolina subir de R\$ 2,96 para R\$ 4,06?”, perguntou. Moura disse que seu gasto mensal com combustível passou de R\$ 300 para R\$ 500. “São R\$ 200 que eu poderia utilizar de uma forma melhor. Não tem cabimento”, afirmou.

Carter Batista, advogado da Osório, Porto e Batista Advogados, avaliou que a população transfere a culpa para o empresariado, mas esquece que foi o governo que decidiu aumentar impostos. “Nós vivemos numa sociedade que convive com uma das maiores cargas tributárias e tem uma retribuição de serviços baixíssima. Acredito que a mudança de preço do mercado é mais uma adequação à característica dos consumidores brasileiros, que têm uma das maiores rendas per capita do país”, considerou.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: H.F.

Título: PIS-Cofins cai de novo

A Justiça Federal voltou a suspender o aumento de PIS-Cofins. A 20ª Vara do Distrito Federal decidiu que os preços antigos sejam retomados imediatamente. O imposto entrou em vigor em 20 de julho. A liminar foi concedida pela juíza Adverci de Abreu, com base em ação movida pelo deputado federal Aliel Machado (Rede-PR). Na sentença, a magistrada disse que não “parece razoável” corrigir desmandos de gestões anteriores. “O governo venha se valer da solução mais fácil – aumentar tributos”, contestou.

A Advocacia-Geral da União (AGU) pode recorrer da decisão. Outros juízes federais suspenderam os reajustes do PIS-Cofins, mas todas as decisões foram revertidas em instâncias superiores da Justiça. Ocorreram liminares suspensivas no DF, na Paraíba e em Macaé (RJ). Com a de ontem, elas somam quatro ao todo. O aumento das contribuições teve impacto de R\$ 0,41 na gasolina e de R\$ 0,21 no diesel.

O consumidor torce, mas tem poucas esperanças de que os preços dos combustíveis voltem a cair. O mestre de obra Darci de Jesus Silva, 39 anos, precisa do carro para trabalhar. Como roda muito com o veículo, ele também gasta muito com em gasolina. “Antes do aumento, eu pagava R\$ 100 e a gasolina durava uma semana toda”, afirmou. “E o pior é que a gasolina mais barata é no Plano Piloto, enquanto nas outras regiões é muito mais cara”, lamentou.

O aposentado Sérgio Silva, 68 anos, destacou que, além da alta, os postos voltaram a praticar preços iguais. “O cartel continua e é ruim para o consumidor e para o mercado. Também é possível ver que, quando há reajuste para cima, eles aumentam em segundos, quando é para baixo, eles demoram mais”, disse. O Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis e Lubrificantes do Distrito Federal (Sindicombustíveis) informou que não se manifesta sobre a política de preços praticada pelo varejo.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção: Economia****Autor:****Título: Cemig quer manter hidrelétricas**

O impasse sobre o leilão de quatro usinas hidrelétricas em Minas Gerais reuniu políticos, empresários, representantes de movimentos sociais e sindicais do estado, ontem, em uma manifestação pela permanência da concessão de três empreendimentos com a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig). O objetivo foi protestar contra a determinação do governo federal de leiloar as hidrelétricas São Simão, Miranda, Jaguará e Volta Grande, em 27 de setembro, para arrecadar R\$ 11 bilhões e reduzir o rombo das contas públicas.

A Cemig não quer a Usina Volta Grande, mas judicializou a relicitação das demais, que respondem por mais da metade da geração de energia da companhia. O processo será julgado em 22 de agosto pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Se perder, a empresa vai ter que pagar pelas três usinas, sob pena de elas irem a leilão. O governador Fernando Pimentel (PT) recebeu um abaixo-assinado em defesa da Cemig para encaminhar ao presidente Michel Temer. “Estamos dispostos a arranjar uma solução negociada”, disse.

O presidente da Cemig, Bernardo Alvarenga, afirmou que existe um acordo em negociação com o governo federal, desde que a Cemig pague o valor correspondente às três usinas, de R\$ 9,7 bilhões. “Isso é praticamente impossível agora, em cima da hora, mas estamos buscando uma solução. O governo federal quer a garantia de que a Cemig vai conseguir o dinheiro”, disse.

Endividada, a companhia fez uma proposta de R\$ 5 bilhões, que não foi aceita. “Uma possibilidade é conseguir financiamento com bancos, BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) ou Banco do Brasil”, ressaltou Alvarenga. Segundo ele, se a concessão ficar da forma como está desenhada no leilão, a conta de energia elétrica vai aumentar entre 3% e 4%. “O leilão não está cancelado, ou nós pagamos ou ele vai acontecer”, alertou.

Na Justiça, a Cemig alegou que os contratos assinados em 1997 garantiam que a concessão poderia ser renovada ao fim do prazo de 20 anos, desde que cumpridos requisitos de operação e manutenção. O imbróglio é herança da Medida Provisória 579/2012, que desarranjou o setor elétrico, quando a então presidente Dilma Rousseff quis reduzir a tarifa em 20% a fórceps. Na ocasião, o governo propôs antecipar a prorrogação das concessões de hidrelétricas, entre elas, as da Cemig, que não aceitou a proposta.

Agora, com o contrato vencendo, o governo federal diz que retomará as hidrelétricas para relicitá-las.

MME / ASCOM